**O CURRÍCULO AFRO-LIBRAS NO ESPAÇO EDUCATIVO:**

**DIÁLOGO, RESISTÊNCIA E DIVERSIDADE**

Aline Soares do Prado Silva Souza,

Mestranda em Educação (PPGE/IE/UFMT)

Ozerina Victor de Oliveira,

Docente (PPGE/IE/UFMT)

Resumo

O currículo fundamentado como um processo histórico, configurador de nossa identidade e subjetividade, e atravessado por relações de poder, impulsiona a reconhecer a importância da diversidade e de (re)significar curricularmente culturas e comunidades. Dessa forma, contextualiza-se este trabalho a partir da pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida a partir da noção do currículo afro-libras e do seu impacto na formação dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS). Argumenta-se, nesse viés, as discussões sobre acontecimentos históricos do povo surdo negro e a integração de conhecimentos específicos na formação destes profissionais. Este trabalho integra significados e representações para o desenvolvimento da dissertação de mestrado que corresponde à interseccionalidade entre surdez e negritude.

Palavras Chaves: Currículo Afro-libras. Formação de TILS. Libras.

No decorrer das minhas experiências profissionais, tive a oportunidade de exercer a profissão de tradutora e intérprete de língua brasileira de sinais na educação básica: educação infantil e ensino fundamental. Este trabalho me proporcionou um novo olhar à categoria, ampliando meus conhecimentos sobre os desafios enfrentados enquanto profissional, especialmente por me encontrar como mulher negra e ter trabalhado também com uma aluna surda negra. Diante disso, na trajetória da pós-graduação stricto sensu, mestrado atualmente em curso, tenho a oportunidade de desenvolver a pesquisa contemplando o contexto da profissão, da comunidade surda e surda negra e das suas especificidades.

Para o termo “afro-libras”, até o momento, não foi identificada ancoragem teórica e elaboração conceitual. Entretanto, seu uso no presente trabalho é pertinente à questões raciais, pois pretende responder a demanda entre surdez e negritude no campo da educação inclusiva. Além disso, está vinculado à proposta de trabalho do mestrado. O termo faz parte do título de uma live publicada na plataforma youtube, intitulada “Experiências Afro-Libras: terminologias, tradução e vivências”, inserida pelo canal Axé Libras, no dia 03 de agosto de 2020 e sob responsabilidade do grupo de projeto de pesquisa e extensão da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Ao longo da história, a comunidade surda se dedica em lutas para conquistar espaço e visibilidade em seus direitos e interesses coletivos na sociedade. Segundo Machado e Oliveira (2023), o reconhecimento da língua de sinais nos anos 1960 a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo linguista americano William Stokoe, na compreensão dos sujeitos surdos enquanto grupo linguístico, “junto à emergência dos chamados *Estudos Culturais[[1]](#footnote-0)*, fortaleceu o discurso de pertencimento do sujeito surdo a uma comunidade própria, com uma cultura própria, denominada de *cultura surda*” (Machado; Oliveira, 2023).

Oliveira e Silva (2021) salientam que os estudos culturais fornecem elementos suficientes para a noção de política curricular como política cultural, em que a cultura é o centro de um movimento que pesquisa a política de currículo. Tais estudos possuem bases empíricas que analisam documentos, discurso e práxis envolvidos no processo de implementação das políticas curriculares e associam-se a diferentes esferas sociais e distintos níveis da política curricular “sem dicotomias, polarizações, hierarquizações ou linearidades” (Oliveira; Silva, 2021).

A cultura surda, conforme Strobel (2008, p. 59), é a forma como o sujeito surdo compreende o mundo e o modifica com a finalidade de torná-lo acessível e habitável diante de suas percepções visuais que “contribuem para a definição das identidades surdas” (Strobel, 2008, p. 59). Sendo assim, a cultura surda abrange a língua, as idéias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

Nesse contexto, além da língua, os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) também possuem papel fundamental para o alcance à inclusão e à acessibilidade frente aos desafios postos socialmente, pois, conforme Lacerda (2009, p. 17), “é possível considerar que o tradutor e intérprete são profissionais ponte, ou seja, favorecem que uma mensagem cruze a ‘barreira linguística’ entre duas comunidades”.

Assim, ao estarmos juntos aos sujeitos surdos e, em especial, aos surdos negros, enquanto profissionais e ouvintes proficientes e aptos ao exercício, precisamosconhecer e reconhecer como conteúdos da História e da Cultura Afro-Brasileira e abordagens quanto ao racismo, preconceito racial e História da África, incorporados ao currículo afro-libras, do ensino da Libras, afetam e promovem uma educação inclusiva e antirracista quanto à sua própria formação.

Para tanto, o currículo, fundamentado a partir do processo histórico em diferentes momentos e contextos e não relacionado apenas ao conhecimento, mas sim em discussões cotidianas, associado àquilo que somos em nossa identidade e subjetividade (SILVA, 1999) é importante, uma vez que a partir dessa compreensão, numa perspectiva pós-estruturalista, o currículo é situado em um campo epistemológico social dos processos de produção e reprodução em que há a relação de poder e em que são estabelecidos critérios para a seleção dos conhecimentos e dos saberes para a constituição do que será ensinado, o que privilegia, dentre as múltiplas possibilidades, a escolha da definição de uma identidade ou subjetividade considerada “ideal” e o discurso compreendido de forma particular de concepção (SILVA, 1.999).

Como exposto, nos currículos são encontradas identidades e subjetividades em torno de distintos significados sociais e políticos. A identidade e subjetividade do indivíduo assumem os percursos dos contextos de sua(s) história(s): vida pessoal, familiar, estudantil, profissional e enquanto ser social. É nesse sentido que um currículo que contemple a História e a Cultura Afro-Brasileira, com o intuito de sobrepor a omissão dessas identidades e subjetividades para assegurar a valorização da história, do passado e das raízes negras como propriedade do todo, se faz necessário. A lacuna do ensino da História da África e da Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos de cursos de formação de TILS, evidencia o silenciamento característico do racismo institucional, fortalecendo a disseminação do preconceito racial. (Martins; Abbey; Nunes, 2022).

Essa necessidade é contemplada pela obrigatoriedade da inclusão da temática no currículo da Rede Brasileira de Ensino, consolidada pela aprovação da Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394/1996 (LDB), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com conteúdos ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

Assim, reconhecer que há performances linguísticas e ser consciente do desenvolvimento identitário e subjetivo do outro - surdo negro - no papel de profissional pode vir a estabelecer o foco na identidade no pertencimento desses sujeitos e o enfrentamento ao racismo. Todas essas relações dos sujeitos envolvidos não se restringem apenas ao tradutor e intérprete e aluno(a), ressoam também a atuação de professores, diretores, coordenadores, auxiliares do ambiente escolar, e além do espaço escolar, em todos os ambientes e contextos sociais.

Portanto, problematizamos e discutirmos sobre acontecimentos históricos do povo surdo e sua diferente identidade surdo-negra, envolvendo representações culturais, comunidades e movimentos surdos, são importantes de ser pensar e refletir, indo além: pensar e refletir em como a integração dos conteúdos dessas temáticas dispostas em currículos para o ensino da Libras impacta na formação de TILS.

Referências

AXÉ LIBRAS. EXPERIÊNCIAS AFRO-LIBRAS: TERMINOLOGIAS, TRADUÇÃO E VIVÊNCIAS. Youtube, 03 de ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QQtki2-C6vI>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais– Libras e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 25 de abril de 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 25 abr. 2024.

LACERDA, C. B. F. de. **O intérprete de Língua Brasileira de Sinais:** Investigando Aspectos de sua atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009.

OLIVEIRA, Janine Soares; MACHADO, Rosileine Beatriz. A Importância da construção discursiva por parte do professor [de matemática] para a atuação do intérprete de libras em salas de aula inclusivas. **Revista Eletrônica de Educação Matemática - Revemat**, Florianópolis, v. 18, p. 01-28, 2023.

OLIVEIRA, Ozerina Victor de; SILVA, Celeida Maria Costa de Souza e. A emergência de estudos de política curricular e o potencial de sua base teórico-metodológica. **Revista Roteiro**, Joaçaba, v. 46, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos:** vestígios culturais não registrados na história. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2008.

MARTINS, Diléia Aparecida; ABBEY, Elijah Anerty; NUNES, Evelin Seluchiniak. Currículo e Africanidades: um olhar para a formação de tradutores e intérpretes de libras pretos. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, p. 187-198, 2022.

1. Segundo Machado e Oliveira (2023, p. 3), o termo “Estudos Culturais” é um campo multifacetado de estudos que concebe a cultura como campo de luta e arena política. [↑](#footnote-ref-0)